

# Reforma previdenciária aprovada sem emendas

Apenas o PMDB quer modificar o item que trata da questão dos subtetos

**Brasília** – Depois de 9 horas de reunião, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado concluiu ontem à noite a primeira fase de votação da reforma da Previdência. A oposição não atrapalhou a sessão e a proposta foi aprovada na CCJ sem modificações, com o Governo derrubando com facilidade todas as emendas apresentadas pelo PFL e o PSDB.

Mas o PMDB surpreendeu o Palácio do Planalto e começou a pressionar o Governo para que a reforma seja alterada no plenário do Senado. Os peemedebistas querem incluir no texto uma nova fórmula para o subteto salarial nos Estados. O partido reivindica que o subteto salarial dos governadores fique vinculado à remuneração dos desembargadores, que corresponde a 90,25% do salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), não aceitando que a solução para o subteto seja contemplada apenas na emenda constitucional paralela, conforme o acordo firmado entre os líderes partidários.

## Equiparação

A posição do PMDB contraria o Palácio do Planalto, que pretende aprovar a reforma previdenciária no Senado sem nenhuma alteração, igual à proposta aprovada na Câmara. “Queremos equipar o subsídio dos governadores ao dos desembargadores, criando um subteto no âmbito do Executivo igual ao do Judiciário para não penalizar carreiras de



## Calmaria

Embora com a reação isolada da liderança peemedebista e da longa sessão, a questão previdenciária teve passagem tranquila na CCJ

Estados e não desestimular esses servidores”, explicou o líder do PMDB, senador Renan Calheiros (AL).

Segundo ele, se a proposta do PMDB for inserida na reforma da Previdência todos os governadores de Estados terão automaticamente o mesmo salário de desembargador, que corresponde a R\$ 15,6 mil (90,25% da remuneração de ministro do STF, hoje de R\$ 17,3 mil).

Caso o PMDB mantenha a decisão de incluir o subteto salarial dos Estados na reforma da Previdência, o Governo terá dificuldades de barrar a proposta no plenário do Senado. A base aliada no Senado, sem os peemedebistas, soma apenas 23 votos. Já o PMDB sozinho tem 22 votos. E para aprovar a reforma são necessários, no mínimo, os votos favoráveis de 49 do total de 81 senadores. Mas além dos votos da base aliada, o Governo conta com alguns

votos de senadores do PFL e do PSDB, que são ligados a governadores.

Apesar das críticas, o PMDB prometeu assinar a emenda constitucional paralela que contém os pontos do acordo fechado entre os líderes partidários. Mas o PFL e o PSDB se recusaram a apoiar a nova emenda. “Concordamos com o mérito da emenda paralela, mas queremos que todos os pontos acordados sejam introduzidos na reforma da Previdência e não em uma nova emenda”, afirmou o líder do PFL no Senado, José Agripino Maia (RN). “O PSDB até assinaria essa emenda paralela se houvesse consenso. Mas como o PFL não topou, nós vamos segui-los”, disse o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

## Transição

O Governo derrubou com facilidade as emendas à reforma da Previdência apresentadas pelo PFL e pelo PSDB. A

oposição apresentou propostas de mudança na regra de transição para os servidores prestes a requisitar aposentadoria, no redutor de 30% que incidirá sobre o benefício dos futuros pensionistas, no modelo proposto para a manutenção da integralidade e da paridade nos reajustes do funcionalismo e no subteto dos Estados. Mas os oposicionistas foram derrotados em todas as suas propostas.

O relator Tião Viana (PT) apresentará hoje no plenário do Senado a emenda constitucional paralela à reforma da Previdência. A proposta prevê que inativos que têm doenças incapacitantes, que serão definidas em lei, pagarão contribuição previdenciária somente acima da parcela de R\$ 2,4 mil, nos Estados, e R\$ 2.880, na União. A nova emenda estabelece ainda que o redutor de 30% das pensões para os futuros pensionistas com doenças graves só incidirá acima de R\$ 4,8 mil. (AE)